

ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA DO APRENDER NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Sílvia Maria de Oliveira Pavão; Carmen Rosane Segatto e Souza

RESUMO - Objetivo: O objetivo desse estudo consiste em evidenciar a construção do vínculo autorizante da aprendizagem nas relações de professor e estudante na Educação Superior. **Método:** O estudo foi desenvolvido por meio do método de revisão integrativa centrada em dois eixos: Psicopedagogia e Educação Especial. **Resultados:** Constatou-se que são diversas as variantes que envolvem as práticas desenvolvidas pelas áreas de conhecimento em evidência. Entretanto, foram identificados pontos de coalizão entre elas: o aprender dos sujeitos e a concepção interdisciplinar. Essa compreensão consiste em uma certa autorização, inequivocamente, uma vez que o sujeito aprende com quem ele autoriza ensinar. **Conclusão:** A complexidade do ato de aprender implica no entendimento dos processos individuais e particulares em associação com as afetações sociais.

UNITERMOS: Educação Superior. Aprendizagem. Psicopedagogia. Educação Especial.

Sílvia Maria de Oliveira Pavão - Doutora em Educação, Universidad Autonoma de Barcelona; professora adjunto, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil.

Carmen Rosane Segatto e Souza – Doutoranda em Educação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil.

Correspondência

Carmen Rosane Segatto e Souza

Rua Mario Quintana, 544 – Santa Maria, RS, Brasil – CEP: 97110-751

E-mail: carmenrssouza@gmail.com

INTRODUÇÃO

A tarefa de ensinar é culturalmente delegada ao professor, à pessoa que trabalha com o conhecimento produzido pela civilização. O professor é um vetor importante para o progresso e desenvolvimento de uma sociedade, mas para que ele exerça sua atribuição profissional uma série de arranjos é essencial para a efetividade de sua tarefa. Entretanto, ao abordar a profissão professor, frente ao cenário do paradigma da inclusão, questiona-se: todos os professores estão autorizados a ensinar seus estudantes?

Neste sentido, evidencia-se esse problema de investigação a partir da constituição do campo da Educação Especial e Psicopedagogia, explicitando os conceitos que originaram as diferentes áreas de atuação. Trata-se de abordar a condição de aprendizagem e o estabelecimento de um vínculo positivo entre professores e estudantes, cuja relação permita a aprendizagem.

Compreender como tudo está relacionado é fundamental para que sejam possíveis a convivência e a interação entre estudante e professor e o fato de se ter claro que todos são diferentes possibilitará um olhar ao sujeito que aprende, mas que estes se constituam enquanto sujeitos em processos de aquisição do saber.

O surgimento da Psicopedagogia como área de conhecimento e práticas data do século XIX na Europa, em um contexto de incandescência política associada à democratização e acesso aos processos de escolarização para outras camadas da sociedade¹. A Psicopedagogia é conceituada como uma área de conhecimento e práticas interdisciplinar, por agregar correntes teóricas como da Pedagogia, Psicologia, Fonoaudiologia, Neurologia, Educação Especial; áreas estas que, reunidas, compõem a episteme psicopedagógica com o objetivo de entender o processo de aprendizagem de todos os indivíduos, e os problemas dele recorrentes com vistas a solucionar e/ou minimizar as dificuldades do aprendente. A principal direção que se estabelece nessa área interdisciplinar é a da aprendizagem humana².

A Psicopedagogia é, portanto, uma área do conhecimento e de prática profissional. É uma

área de conhecimento "marcada pelo pensamento contemporâneo que valoriza a inter/transdisciplinaridade e seus modos de complexidade"³. Isso vem ao encontro do entendimento das relações de aprendizagem estabelecidas entre os sujeitos em processos de desenvolvimento e aprendizagem. São as atitudes entre os sujeitos que definem a aprendizagem, por isso, repercute na prática profissional, tendo os sujeitos nesses processos responsabilidades e competências compartilhadas⁴.

Os profissionais que atuam na área da Educação Especial, por sua vez, primam pela efetiva inclusão de estudantes com deficiência à sociedade, espaço em que a regra ainda é uma exceção. A cada ano se tem ampliado a importância de oportunidades para todos, criando condições para o desenvolvimento pleno das potencialidades das pessoas com deficiência. Nas últimas duas décadas a área da Educação Especial passou por mudanças consubstanciais, haja vista que os processos de inclusão educacional e social ganharam força⁵, em especial por meio dos documentos legais e políticas educacionais vigentes.

Expressões conceituais tais como Atendimento Educacional Especializado (AEE), sala de recursos, tecnologias assistivas, entre outros, foram pouco a pouco ocupando o cenário educacional, modificando completamente a prática escolar. O paradigma da inclusão já pode ser considerado um marco na história da educação⁶⁻⁸.

Essas políticas, embora tenham se ocupado inicialmente da Educação Básica, foram também projetadas para todos os níveis de ensino, de forma que abarcam de modo transversal a Educação Superior⁶. Essas mudanças no cenário educacional, impulsionadas pelas políticas de inclusão, focalizam a ação entre professores e estudantes, pois remetem à reflexão e necessidade de compreensão diferenciada sobre a aprendizagem e o desenvolvimento em espaços formativos. Cada pessoa se constrói a partir de suas necessidades, características, contexto cultural e social⁹.

Destarte, tendo como mote de investigação duas importantes áreas de conhecimento –

Psicopedagogia e Educação Especial em projeção comparativa e explicativa à Educação Especial – o objetivo desse estudo consiste em evidenciar a construção do vínculo autorizante da aprendizagem nas relações de professor e estudante na Educação Superior.

MÉTODO

O estudo teórico do tipo revisão integrativa se pauta fundamentalmente pela busca de evidências em torno das temáticas Educação Especial e Psicopedagogia ao reunir os materiais colhidos da base de dados Scielo e da literatura impressa específica da área. O método de revisão integrativa sintetiza os principais resultados da investigação e com a análise desses dados amplia e aprofunda o tema objeto da investigação^{8,10}.

O processo de coleta de dados ocorreu no período compreendido entre julho/2016 e fevereiro/2017. Ao proceder o percurso do método de revisão, os seis passos propostos (Figura 1) para realizar a revisão integrativa foram sistematizados:

1º passo – o tema foi identificado a partir da constituição do binômio: educação especial e psicopedagogia. Esse tema constituído de duas áreas do conhecimento distintas encaminhou para a construção da hipótese básica: o sujeito só aprende quando e somente quando autoriza o outro para ensinar.

2º passo – os critérios para inclusão e exclusão de leituras realizadas pautaram-se pela utilização de obras clássicas da área, documentos legais e a base de dados Scielo. Essa última priorizou a busca por periódicos cujo escopo fosse

específico: Psicopedagogia e Educação Superior. Nessa base de dados, foram encontrados apenas dois artigos com referência a psicopedagogia e educação superior.

3º passo – ao definir as informações dos estudos selecionados, deparou-se com a necessidade de buscar referenciais atualizados que pudessem colaborar com a interpretação e o estabelecimento de relações entre as áreas do conhecimento. Exemplos nesse sentido são os documentos que regem a atuação do profissional da pedagogia e, da área da educação especial, a legislação e políticas de inclusão vigentes.

4º passo – com a leitura do material selecionado, os construtos e inferências passaram a constituir o texto e o hipertexto do estudo.

5º passo – na interpretação dos resultados obtidos uma descrição comparativa foi realizada.

6º passo – a apresentação da revisão/síntese do conhecimento possibilitou a identificação de poucos estudos na área Psicopedagogia, Educação Especial e Educação Superior. A apresentação dos resultados utilizou o princípio da descrição explicativa.

URGÊNCIA DE UMA NOVA PRÁTICA

É impossível não se reportar a algumas situações do cotidiano que representam, muitas vezes com naturalidade, as desigualdades sociais, culturais, econômicas, educacionais ocorridas na contemporaneidade. A constatação de que elas existem estão rodeadas de momentos de desencanto, deixando de acreditar em uma educação social como promessa de futuro. Não se nega que ocorreram evoluções ao longo dos



Figura 1- Passos da revisão integrativa.

séculos, mas estão ainda engessadas a conceitos criados na sua origem que se transformaram em paradigmas.

A educação no Brasil e no mundo esteve, a partir da Declaração de Salamanca¹¹ e da publicação de outras documentações legais¹², em um cenário reconstruído pelo paradigma da inclusão. A inclusão proporcionou visibilidade às pessoas com deficiência que antes circulavam muito pouco nos espaços educacionais, ou, podendo-se mesmo dizer que não circulavam. A inserção de estudantes com deficiência aumenta gradativamente a cada ano nas instituições de Educação Superior e, de forma geral, essas instituições não foram planejadas para trabalhar com a diversidade de pessoas que a elas recorrem.

A forma como a sociedade interage com as pessoas com deficiência¹ modificou-se e vem se transformando ao longo da história. Incluir todas as pessoas, com ou sem deficiência, requer da sociedade contemporânea importantes modificações capazes de criar alternativas possíveis de superar a exclusão. Sasaki¹³ apontou as diferentes fases em que a sociedade praticou a exclusão social, destacando os marcos históricos da segregação e integração até a contemporânea inclusão social.

A sociedade atual passa por um momento em que reconhece direitos e deveres de pessoas com deficiência e muitas vezes forçando-os a adaptarem-se a uma sociedade já existente, enquanto o ideal, acredita-se que todos a favor de uma sociedade inclusiva entendam assim, seria o processo inverso.

Carvalho¹⁴ afirma que um dos desafios do milênio é conscientizar a sociedade de que as limitações impostas pelas múltiplas manifestações de deficiência não devem ser confundidas com impedimentos. Esses desafios têm origem na própria sociedade, em suas formas e nos estereótipos que cria, prejudicando o desenvolvimento individual que depende das interações com os outros, posto o caráter essencialmente social da natureza humana⁹.

Incontestável, é a máxima sobre a urgência de professores com habilidades e competências

para interagir em uma sociedade cada vez mais complexa e dinâmica, marcada pelo desenvolvimento social e econômico dos novos tempos, depositando nestes profissionais da educação esperanças de mudanças de suas atividades diante das contingências das relações sociais, políticas e econômicas. Diante disso, também existe a preocupação de entender a identidade profissional dos educadores, as características e necessidades dos estudantes e, também o papel social das instituições de ensino.

Em análise comparativa, se percebe que os diferentes elementos postos – professor, estudante e instituição educacional – não gozam de iguais características e necessidades. Destaca-se assim, segundo Zeichner, citado por Sacristan e Gómez¹⁵, “[...] preparar professores que tenham perspectivas críticas sobre as relações entre a escola e as desigualdades sociais é um compromisso moral para contribuir para a correção de tais desigualdades [...]”. Enfim, necessita-se de professores que assumam uma atitude reflexiva quanto a sua forma de ensinar as condições sociais que o influenciam, com consciência e sensibilidade social.

Necessário, igualmente, é o compromisso ético profissional, que permite a compreensão de diferentes âmbitos, não só de conhecimentos sistematizados, mas também de habilidades, hábitos, atitudes, convicções, valores que o auxiliarão, por meio de sua trajetória profissional, a tornar os sujeitos mais livres, menos dependentes sob a perspectiva de uma sociedade inclusiva. Esse entendimento é corroborado por Arroyo¹⁶ quando reflete sobre o ser professor de hoje, dizendo que, “[...] às vezes, diante da figura do professor (a), sinto-me como se tivesse diante de um velho e apagado retrato de família. Com o tempo perderam-se cores e apagaram-se os detalhes e traços”.

Assentir que são muitas as atribuições direcionadas aos professores, em certa medida, dando a entender que somente a ele são delegadas as responsabilidades do processo de aprender e ensinar, pode parecer ilógico, principalmente quando se compreende que o aprender depende

dos sujeitos que participam verdadeiramente de um processo ativo, dinâmico e com variantes funcionais.

Entretanto, é o professor, com conhecimento de suas atribuições profissionais, que certamente pode possibilitar esse encontro de saberes a serem construídos. Mas, também os estudantes têm suas atribuições e tarefas, como se se pode compreender e explicar a partir de uma concepção de aprendizagem mediada⁹. E, embora não se faça distinção entre quem ensina e aprende, e, por isso, tampouco se delega o ensinar ao professor e o aprender ao estudante, em alguns momentos esses papéis podem ser identificados com vistas à compreensão do processo.

Quanto às ações e tarefas dos estudantes na relação da aprendizagem, o vínculo que se estabelece entre quem ensina e quem aprende, especificamente na Educação Superior com estudantes com deficiência, foco do texto, requer de quem ensina um olhar especial, proporcionando sua integração social por meio de suas potencialidades, preparando para a vida em sociedade e para um futuro profissional. “[...] O papel do professor passa a ser fundamental para que o aluno não negue simplesmente os desequilíbrios, mas incorpore-os no seu sistema e tente resolvê-los, tornando-se mais capaz”¹⁷.

Se o profissional que acolhe o estudante consegue perceber além do que está claro e evidente, situações que expressem o que este indivíduo quer manifestar e que não está tão explícito, conseguirá compreender o que realmente está por trás de suas angústias e manifestações, podendo assim investir nas capacidades, oportunizando uma aquisição de aprendizagem¹⁸.

É nesse sentido que o professor pode deter algum tipo de poder sobre aquilo que os estudantes aprendem. Para Perrenoud¹⁹, o professor contemporâneo “[...] conserva poderes que se estendem às vezes às atitudes, aos valores, às crenças mais pessoais dos estudantes [...]”, não cabendo desprezar oportunidade tão real de desenvolver uma pedagogia que permita desmascarar processos de aprendizagem tão engessados e ineficientes.

A Psicopedagogia, área que se debruça na compreensão e na intervenção na aprendizagem, e que tem como objeto o processo de aprendizagem de um sujeito contextualizado, surge para evidenciar a necessidade da prática da intervenção psicopedagógica na relação de quem ensina (um orientador, uma pessoa que partilha com os outros conhecimentos) e de quem aprende (sujeito aberto à aquisição de novas aprendizagens e capaz de compartilhar saberes).

A aprendizagem é compreendida como um processo, ou vários e diferentes processos, uma vez que pode ocorrer em todo momento e em diferentes espaços, por isso, compreendida a partir da ação que repercute inevitavelmente em uma mudança de comportamento. Quando o sujeito apresenta dificuldades para aprender, a psicopedagogia entra em cena: “sem conseguir superar suas fragilidades sozinhos, o sujeito e sua história chegam ao espaço psicopedagógico”²⁰.

Na busca de uma base explicativa a todo esse complexo processo que envolve a aprendizagem na Educação Superior em vista das políticas de inclusão educacional, recorre-se à Psicopedagogia enquanto área de conhecimento e de práticas, e se reconhece que ela vem assumindo um papel significativo nas instituições de Ensino Superior e o trabalho dos profissionais que atuam tem como objetivo compreender melhor o sujeito, em tudo que possa influenciar na sua aprendizagem, assim, o psicopedagogo tem como tarefa trabalhar e orientar os profissionais que auxiliam na compreensão e no desenvolvimento das potencialidades desse sujeito.

Tem a tarefa de “[...] compreender os diferentes estilos de aprendizagem, tendo como foco sua potencialização e prevenção aos problemas de aprendizagem e, quando necessário, de uma intervenção dirigida”²¹. Nesse sentido, recursos e estratégias de apoio à aprendizagem precisam ser desenvolvidos e ofertados, podendo o professor e o estudante recorrerem à orientação necessária a cada caso, em vista que o próprio sujeito pode, com seus recursos internos, reconhecer e minimizar os possíveis obstáculos no aprender²².

Atualmente, o acesso ao Ensino Superior tem sido garantido por meio de políticas afirmativas e programas estatais. Mas, juntamente com este acesso universal, surgem outras situações que precisam ser enfrentadas³.

Diante disso, se pode dizer que muitos jovens chegam à Educação Superior, entre eles os estudantes com deficiência. Mas a dúvida que ora se apresenta é se a aprendizagem será de qualidade, permitindo a sequência do percurso de suas vidas por caminhos diferentes e próprios de cada um.

As instituições de ensino se caracterizam por ser um espaço de convivência e com objetivos de potencializar o desenvolvimento de cada sujeito, mas talvez nem todas as pessoas que nela ingressam consigam usufruir com plenitude. Este movimento de aprendizagem e convivência com a diversidade e diferenças exige “[...] uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos estudantes nas atividades em sala de aula [...]”²³.

Por isso que novamente entra em cena a ação psicopedagógica, como um dispositivo legítimo, capaz de auxiliar nos processos de aprendizagem. A Psicopedagogia, de acordo com o Código de Ética da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp 1995/1996), reformulado pelo Conselho da ABPp, gestão 2011/2013, e aprovado em Assembleia Geral em 5/11/2011, em seu Capítulo I – Dos princípios, Art. 1º: “é um campo de atuação em Educação e Saúde que se ocupa do processo de aprendizagem considerando o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio-histórico [...]”²⁴.

A intervenção psicopedagógica, auxiliada por conhecimentos constituídos por outras áreas do conhecimento, trabalha na descoberta dos obstáculos que estejam interferindo nas possibilidades de uma aprendizagem significativa, apresentando caminhos que possam descortinar estas dificuldades, impedindo que o sujeito avance e se torne independente com relação a sua aprendizagem. Em decorrência destas descobertas, trabalhará em parceria com

professores, coordenadores, família e com os próprios estudantes com as devidas intervenções para motivar o sujeito às mudanças necessárias que incidirão no aprendizado e, conseqüentemente, na sua qualidade de vida.

A transformação exige uma adequação das estratégias pedagógicas “[...] que retomem caminhos de integração entre sentimento, ação, pensamento, linguagem e aprendizagem cultural [...]”²⁵. Consiste em um processo complexo, que possibilitará a reconstrução de ações pedagógicas capazes de minimizar os contrastes tão evidentes nas instituições de Ensino Superior.

Com base nessas explicações em torno da ação psicopedagógica, Libâneo²⁶ corrobora “[...] novas exigências educacionais pedem às universidades um novo professor capaz de ajustar sua didática às novas realidades da sociedade, do conhecimento, do estudante [...]”. Esse professor, melhor preparado, realizará um trabalho que transita entre o ensinar e o aprender no espaço acadêmico, respeitando a diversidade e dando espaço para as diferenças, pois estas se somam e enriquecem o universo acadêmico.

A igualdade de oportunidades pode ser considerada e a educação inclusiva direcionada para todos os estudantes, com ou sem deficiência, dessa forma, estar-se-ia garantindo um percurso com vistas à superação ou à minimização de dificuldades apresentadas assegurando os preceitos inclusivos. Entretanto, considerando a fragilidade de nossas políticas públicas, sabe-se que o caminho a percorrer é demasiadamente longo, isso levando em consideração que os primeiros passos foram dados ainda no ano de 1994 com a Declaração de Salamanca¹¹, que foi um reflexo da Conferência Mundial de Educação para todos no ano de 1990²⁷.

Ao constatar a morosidade desses processos inclusivos, se evidencia a necessidade das discussões em torno da inclusão educacional. A celeridade das ações decorrentes da inclusão dependerá em grande medida da diminuição do distanciamento entre o que se pensa e o que se faz, criando ações de permitam a permanência de estudantes com deficiência na Educação Superior

favorecendo a aprendizagem, diminuindo o olhar assistencialista para com estes sujeitos.

A articulação entre os envolvidos no processo de ensinar e aprender é substancial, “[...] não se pode entender um processo somente a partir do aprendente, sem recorrer ao ensinante [...]”²⁸, pois ao realizar um trabalho com função mediadora⁹, com uma dedicação envolvente e contagiante, compreendendo como o outro se sente, é possível proporcionar ambientes facilitadores à aprendizagem que exigem, por parte de quem aprende, condições específicas que precisam emergir de dentro para fora em um processo dinâmico, que não é linear, complementando sua vivência acadêmica. Para todas essas ações, é necessário que exista um tipo de autorização, permissão.

Desse modo, ao buscar evidenciar a construção do vínculo autorizante da aprendizagem nas relações de professor e estudante na Educação Superior, remete-se ao vínculo autorizante com condição para aprender algo.

No que tange ao vínculo autorizante na aprendizagem, as contribuições de Alicia Fernández²⁸ mostram que existe um determinado momento na relação do aprender, entre sujeitos e objetos de conhecimento em que fatalmente se remete a um tipo de autorização, para o aprender, para o ensinar, para o criar, entre outros. Na relação professor e estudantes, há que se desenvolver a confiança necessária para que um e outro possam ensinar e aprender em tempos e movimentos sincronizados com o desejo que os levou a esse encontro. Fernández traz à tona o conceito de sujeito aprendente, desejante ou aquele sujeito cognoscente e cognoscível. Esse último, apenas possível a partir de uma lógica em que autorize o outro a aprender dele e com ele.

Nesse sentido talvez a inovação, para além de se constituir como um desafio, é uma ação elementar no âmbito das instituições educacionais que, para continuar desenvolvendo a ação social que lhes originou, precisam planejar e agir pensando no futuro²⁹.

O desacomodar-se está diretamente ligado à atuação do professor que, ao estabelecer parce-

rias, seja com seus pares ou com outros especialistas que se debruçam sobre o ato de aprender, como o psicopedagogo, poderá transformar a relação pedagógica, resultando na interação com seu estudante, todos com expectativas, próprias de uma caminhada com objetivos e desejos únicos. Mas, também o estudante é comprometido para a essa ação. Partindo do conceito da própria Psicopedagogia, não se pode conceber o ato de aprender de forma unilateral, ou seja, quando somente um dos lados é responsável pelo movimento seguinte.

A Psicopedagogia, como área de conhecimento e como prática, pode colaborar com os estudantes para que estes compreendam o seu papel como estudantes universitários, pois os mesmos se deparam não só com atividades cognitivas e curriculares, mas precisam se sentir parte do universo universitário, se identificarem com o ambiente, estabelecendo relações interpessoais fortes, estabelecendo uma filosofia de vida¹⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tecer algumas considerações finais sobre a Psicopedagogia na Educação Superior em tempos de inclusão educacional, fio condutor para estas reflexões, verifica-se a importância do professor na ação do ato de ensinar, respeitando a diversidade e a diferença humana, pois fica evidenciada nas pesquisas desta nova era a necessidade da quebra de preconceitos, objetivando a inclusão para todos em todos os espaços sociais.

A ação psicopedagógica, que atualmente avança sobre espaços formativos, conquistando sua importância como mediadora da aprendizagem, fortalece as relações e potencializa as aprendizagens. Seu caráter interdisciplinar compreende os sujeitos, com ou sem deficiência, a partir de suas características, necessidades e principalmente desejos de aprender. Pessoa, professores, estudantes, sujeitos do aprender e do ensinar podem se permitir, se autorizar a compartilhar as diferenças e respeitar a forma de pensar de cada um acerca do mundo.

Essa autorização para ser no mundo, ser no plano de relações interpessoais subsiste à necessidade de se emancipar, libertar-se de conceitos que não mais correspondem aos atuais desejos de desenvolvimento, apostando em novas e gratificantes práticas de conviver com a diferença, em especial nos espaços formativos da sociedade.

Nesta perspectiva, reitera-se que a educação é um direito de todos, quando cada um se permite e se autoriza a crescer e se desenvolver na relação com o outro, em igual processo de aprendizagem. Em um universo repleto de diferenças, cada um, professor ou estudante, pode manter a atenção sobre os outros seres que habitam um mundo em constantes mutações.

Se relacionar com o público acadêmico, em especial o universitário nos dias atuais, sugere uma formação voltada para o acolhimento e para a humanização, um movimento de ir e vir, aberto para a diversidade e para a diferença, com projetos ancorados em uma qualificação profissional permanente. Do mesmo modo, também o estudante, aquele que ingressa na Educação Superior, deve se comprometer com seu aprendizado, posto que ao vigorar uma perspectiva inclusiva não há como ocorrer a aprendizagem

sem sua contrapartida, nos modos de ser, aprender e perceber.

Essa investigação, com o intuito de dialogar sobre a autorização para aprender, destaca a complexidade da construção desse processo que envolve diferentes sujeitos. Se de um lado se analisa o professor, de outro surge o estudante. Estão os dois em um cenário formativo, que é a instituição educacional. Todos convivem em uma sociedade, cujos paradigmas vigentes estão paulatinamente sendo questionados e transformados.

A análise a partir das características individuais desses elementos pode garantir, por meio da comparação e explicação, a compreensão de possíveis dificuldades ou dispositivos assertivos para a que a aprendizagem ocorra. Mas, é somente quando esse microprocesso é lançado em projeção com a sociedade que se pode perceber quão longe ainda se está de uma educação inclusiva.

Começar por algum lugar, por algum espaço entre as características, necessidades, diferenças e desejos de si e do outro. Começar por permitir e autorizar a construção de um processo que pode levar uma coletividade a possuir mais legitimidade de seu viver.

¹- Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas¹³.

SUMMARY

Psychopedagogical approach for learning in college education

Objective: The purpose of this study is to highlight the construction of the authorizing link of learning in the relationships between teacher and student in college education. **Methods:** The study was developed through the method of integrative review centered on two axes: Psycho-pedagogy and Special Education. **Results:** It was verified that there are several variants that involve the practices developed by the areas of knowledge in evidence. However, coalition points were identified among them: the subjects' learning and the interdisciplinary conception. This understanding consists in a certain authorization, unequivocally, since the subject learns with whom s/he authorizes to teach. **Conclusion:** The complexity of the act of learning implies in understand the individual and particular processes in association with social affectations.

KEYWORDS: Education, Higher. Learning. Psychopedagogy. Special Education.

REFERÊNCIAS

1. Bossa NA. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artmed; 2000.
2. Beauclair J. Para entender psicopedagogia: perspectivas atuais, desafios futuros. Rio de Janeiro: Wak; 2006.
3. Hickel NK. Aprendizagem no Ensino Superior: uma abordagem psicopedagógica. In: Pavão SMO, Fiorin BPA, Siluk ACP, orgs. Aprendizagem no Ensino Superior. Santa Maria: Laboratório de Pesquisa e Documentação-CE- UFSM; 2013.
4. Pavão SMO, Vargas RM. Perspectiva psicopedagógica no contexto universitário. In: Caierão I, Kortmann GL, orgs. A prática psicopedagógica: Processos e percursos do aprender. 1ª ed. Rio de Janeiro: Wak; 2015.
5. Uecker T, Fiorin BPA, Pavão SMO. Educação Especial: contextos e políticas voltadas à inclusão. In: Fiorin BPA, Pavão SMO. Educação Superior: desafios para a não compartimentação dos saberes. Santa Maria: Facos-UFSM; 2017. p. 12-21.
6. Brasil. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP; 2008.
7. Brasil. Presidência da República. Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília: MEC; 2008.
8. Vygotsky LS. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Loyola; 2001.
9. Mendes KDS, Silveira RCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto Contexto Enferm. 2008;17(4):758-64. [acesso 2017 Abr 1]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>
10. Souza MT, Silva MD, Carvalho R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein. 2010;8(1 Pt 1):102-6.
11. Brasil. Ministério da Educação. Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial, de 10 de junho de 1994. [acesso 2016 Nov 1]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

12. Brasil. Presidência da República. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: MEC; 2015. [acesso 2016 Abr 2]. Disponível em: http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf
13. Sasaki RK. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA; 2010.
14. Carvalho RE. Temas em Educação Especial. Rio de Janeiro: WVA; 2003.
15. Sacristan, JG, Gómez AP. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
16. Arroyo MG. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. 12ª ed. Petrópolis: Vozes; 2010.
17. Saravali EG. A psicopedagogia na educação superior: contribuições da teoria Piagetiana. Rev Psicopedag. 2005;22(69):243-53.
18. Gomes CC, Pavão SMO. Avaliação psicopedagógica da aprendizagem: Psicologia e Psicopedagogia. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2013.
19. Perrenoud P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed; 1999.
20. Balbela F. Dificuldades intelectuais leves no desempenho escolar e social: funcionamento intelectual borderline. In: Rotta N, Bridi Filho C, Bridi FRS, orgs. Neurologia e Aprendizagem: Abordagem Multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed; 2016.
21. Pavão SMO, Cezar APF. Educação superior: vicissitudes da ação psicopedagógica. Rev Psicopedag. 2015;32(99):366-73.
22. Ferraz APS, Freitas CN. Atendimento psicopedagógico na Educação Superior: recursos e estratégias de apoio à aprendizagem. In: Fiorin BPA, Pavão SMO, orgs. Educação Superior: desafios para a não compartimentação dos saberes. Santa Maria: Facos-UFSM; 2017. p. 117-26.
23. Mittler P. Educação inclusiva: contextos sociais. Alegre: Artmed; 2003.
24. Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp). Código de ética do psicopedagogo. 2011. [acesso 2017 Fev 28]. Disponível em: http://www.abpp.com.br/documentos_referencias_codigo_etica.html
25. Leonhardt DR. Avaliação e clínica das praxias e dispraxias na aprendizagem: mapeamento da dor gráfica. In: Rotta NT, Ohlweiler L, Riesgo RS, orgs. Transtornos da Aprendizagem: Abordagem Neurológica e Multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed; 2006.
26. Libâneo JC. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 13ª ed. São Paulo: Cortez; 2011.
27. UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Plano de Ação para Satisfazer às Necessidades Básicas de Aprendizagem. In: Conferência Mundial sobre Educação para Todos Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem; 1990 Mar 5-9; Jomtien, Tailândia.
28. Fernández A. A inteligência Aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artmed; 1991.
29. Enricone D, org. Ser professor. 5ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS; 2006.

Trabalho realizado na Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

*Artigo recebido: 24/1/2018
Aprovado: 16/2/2018*